

## A POLÍTICA EDUCACIONAL EM MATO GROSSO DO SUL (1999 - 2002): OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

*Bartolina Ramalho Catanante (UEMS/UFSCar/PPGE/FUNDECT/MS)*

### **Resumo**

Este trabalho resultou da análise da gestão da escola pública em Mato Grosso do Sul durante o governo de José Orcírio Miranda dos Santos, 1999-2002. O objetivo foi verificar através do projeto político educacional “Escola Guaicuru, vivendo uma nova lição”, se a política educacional desenvolvida contribuiu para o avanço da gestão democrática. Como o governo eleito resultou de uma coalizão de esquerda, verificamos como se organizou no Estado a fim de atingir seus objetivos; que concepção de gestão se colocou em prática ao definir a política educativa. Os dados foram coletados em documentos sobre a organização do PT; programas de governo de 1998; cadernos elaborados pela Escola Guaicuru e nas entrevistas. Concluiu-se que a Escola Guaicuru se preocupou teoricamente em atingir os fins da educação no seu projeto político educacional, mas ao se tratar da finalidade da escola, que são as condições envolvidas na prática educativa esse resultado ficou comprometido e, isto se deve ao grande movimento de participação instituído naquele momento.

**Palavras-chave:** Escola pública. Política educacional. Gestão democrática.

O interesse em aprofundar os percursos da história da educação do Estado de Mato Grosso do Sul, das políticas educacionais e da gestão educacional, teve início na década de 1980, quando ainda estudante do curso de Pedagogia já vivia a experiência de ser professora do ensino fundamental e buscava conhecimentos que me auxiliassem a articular da melhor forma possível –, a teoria e a prática. Paralelamente a esse processo, como profissional do magistério, junto com meus colegas, no âmbito do sindicato de professores, fazíamos o enfrentamento com o governo do estado em busca de políticas de valorização do educador e da escola pública – esta última com a conotação de espaço de organização da sociedade.

Em 1991 com a implantação do processo de eleição de diretor e de colegiado escolar enfrentei os desafios e limites colocados para aqueles que estavam à frente da escola pública em Mato Grosso do Sul. Na verdade, coube-me concretizar os princípios da chamada escola democrática – grande aspiração da comunidade escolar naquele momento histórico, embora isso significasse administrar a escola sem qualquer recurso financeiro.<sup>1</sup>

Nos anos 1990, através da militância política foi possível construir programas de governos, políticas públicas educacionais; debater com a sociedade civil um perfil de governo que respondesse a aspiração da sociedade em busca de igualdade de condições econômica, social e cultural, respeitando as particularidades das comunidades, de forma que as mesmas – por meio da cultura, etnia e religião – pudessem vir a se reconhecer na construção de nova sociedade hegemônica, sem divisão de classe.

<sup>1</sup> Motivada pelos inúmeros problemas enfrentados nessa experiência, foi possível aprofundar os conhecimentos sobre os fatos históricos e sociais que marcaram a proposta educacional desenvolvida no período de 1991 a 1994, em minha dissertação de mestrado sob o título *A proposta educacional de Mato Grosso do Sul: a formação do cidadão crítico segundo a percepção dos professores do ensino fundamental*. UFSCar, São Carlos. 1999.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 66-73	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

Um dos caminhos de passar do campo teórico ao prático passou a ser vislumbrada quando da disputa eleitoral de 1998, na qual o Partido dos Trabalhadores – PT lançou como candidato José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, representante das esquerdas de Mato Grosso do Sul que foi eleito governador do estado para o período de 1999 a 2002.

José Orcírio tinha pouquíssimas possibilidades de ser eleito, pois aparecia nas pesquisas em último lugar, caracterizando o eleitorado de Mato Grosso do Sul, que possuía um caráter conservador. As forças progressistas e de esquerda dificilmente teriam probabilidade de impor uma reviravolta nessa situação, o que confirmaria a tendência do eleitorado em manter-se fiel ao pensamento agrário-latifundiário.

No entanto essa situação muda diante da repulsa da sociedade pelas denúncias de corrupção dos governos anteriores e pelo surgimento de um clima favorável ao restabelecimento da ética na administração pública, uma das bandeiras dos partidos de esquerda. O resultado de todo esse processo foi que a *coligação Movimento Muda Mato Grosso do Sul* logrou vitória no segundo turno com mais de 60% dos votos.<sup>2</sup>

Com a vitória da esquerda sul-mato-grossense, o grupo de educadores designados pelo governador eleito elaborou o projeto político-educacional do governo do PT denominado “*Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição*”,<sup>3</sup> a ser desenvolvido no período de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2002. Esse projeto, objeto de investigação de minha pesquisa de doutoramento, levou os princípios, as diretrizes e metas que deveriam nortear as ações políticas, administrativas, pedagógicas e financeiras da Secretaria de Estado de Educação para o quadriênio 1999 - 2002.

O *Escola Guaicuru* incorporou o espírito de mudança anunciado durante a campanha eleitoral e propôs mudanças que significariam ruptura na tradição educacional do estado, com vista a inaugurar um novo momento na história da educação em Mato Grosso do Sul. Segundo os documentos analisados, por estar inserida em uma proposta do Governo Popular, o *Escola Guaicuru* romperia com a prática clientelista da escola e estabeleceria intenso debate com a comunidade escolar sobre a prática educativa e a gestão escolar.

Considerando-se a correlação de forças entre a política estabelecida pelo governo de esquerda, no período de 1999 a 2002, e a ideologia dominante nos projetos/programas de educação desenvolvidos pelo governo federal, qual concepção de gestão o PT colocaria em prática ao definir sua política educacional? Quais as contribuições a implantação do projeto político educacional *Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição* traria para avançar na gestão democrática da escola pública de Mato Grosso do Sul?

Movidos por essas questões o **objetivo** da pesquisa foi identificar como se concretizou o programa do governo eleito pelo *Movimento Muda Mato Grosso do Sul*, frente ao projeto político-educacional *Escola Guaicuru*. Os objetivos específicos foram: estabelecer os mecanismos de participação utilizados pelo *Escola Guaicuru* para o fortalecimento da democracia na escola; verificar que concepção de democracia o PT em Mato Grosso do Sul colocou em prática ao definir sua política educacional; reconhecer que concepção de gestão

<sup>2</sup> Zeca do PT foi reeleito governador de Mato Grosso do Sul em 2002, para o período 2003–2006 através da *coligação Novo Mato Grosso do Sul*, composta pelo PT, Partido Liberal (PL), Partido dos Trabalhadores Nacional (PTN), PCdoB, Partido Social Democrático (PSD), PSC e pelo Partido Social Democrata Cristão (PSDC).

<sup>3</sup> A partir de agora podemos nos referir ao projeto político-educacional “*Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição*”, simplesmente como *Escola Guaicuru*.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 66-73	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

educacional ganhou materialidade nesse processo – gestão democrática ou gestão compartilhada.

**Procedimentos metodológicos** – De acordo com os teóricos que tratam de métodos de pesquisa, um trabalho de pesquisa bibliográfica deve ser capaz de *projetar luz e permitir uma ordenação ainda imprecisa da realidade empírica*. Mas é preciso partir de vários pontos de vista, sob diferentes ângulos do problema para ser possível estabelecer definições, conexões e mediações a fim de compreender a necessidade do problema a ser investigado.<sup>4</sup> Por este motivo, esta investigação nos remeteu inicialmente a um levantamento rigoroso de toda produção científica realizada pelo curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), publicada no período de 1991 a 2004, que tratasse de temas sobre políticas públicas educacionais, gestão educacional e/ou gestão democrática, escola pública, participação e colegiado escolar e, por último, descentralização. Esse estudo permitiu identificar as diferentes perspectivas de análise, fundamentar conclusões sobre as políticas pesquisadas e reconhecer contribuições que essa pesquisa poderia oferecer à escola pública de Mato Grosso do Sul.

Estudo sobre as concepções de Estado, sociedade civil, democracia, partido político presentes no pensamento de Antonio Gramsci foram o fio condutor para análise dos resultados. Serviram de instrumento para aprofundar os estudos sobre o pensamento gramsciano, as obras do próprio filósofo e as de Carlos Nelson Coutinho, Paolo Nosella, Marco Aurélio Nogueira e Norberto Bobbio.

No levantamento de dados foi realizada pesquisa documental, principalmente sobre os documentos publicados pelo PT sobre a campanha eleitoral, programa de governo, estatuto, teses e resoluções foram amplamente consultados e, como não poderia deixar de ser, os produzidos pelo *Escola Guaicuru*.

Os documentos que registraram a política educacional do Governo de José Orcirio Miranda dos Santos foram denominados ***Cadernos da Escola Guaicuru***. Esses cadernos constituem nas séries: *Fundamentos Político-Pedagógicos* (10 volumes); *Calendário da Cidadania – subsídios para aulas especiais* (10 volumes); e *Constituinte Escolar* (20 volumes). Além dessas séries, o “*Texto-base do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino – 1º Congresso Estadual da Constituinte Escolar*”, que trouxe propostas para serem aprovadas no congresso da Constituinte Escolar, e o *Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino* fizeram parte das fontes de pesquisa. A base de dados deste trabalho foi o ***Caderno nº.1***, que serviu para a elaboração dos demais cadernos.

Outro mecanismo que auxiliou na construção do objeto foram entrevistas não-estruturadas, levadas a efeito com algumas pessoas que fizeram parte dessa história. Esse foi o caso do coordenador-geral do Programa de Governo, de 1998, do secretário de governo e de ex-diretora que protagonizaram momentos críticos vivenciado pela escola pública de Mato Grosso do Sul na execução do projeto político-educacional Escola Guaicuru. O resultado dessas entrevistas foi extremamente significativo, pois permitiu compreender os motivos implícitos na composição do governo de Mato Grosso do Sul na gestão de Zeca do PT e a postura nela adotada. Afinal, o conhecimento é uma construção que se faz, diuturnamente, a partir de outros conhecimentos sobre os quais é preciso exercitar a apreensão, a crítica e a dúvida.

<sup>4</sup> FRIGOTTO, 1989; MINAYO, 1994; PAULO NETTO, 1998; PUCCI, 2000; SAVIANI, 1991; SANFELICE, 1999; WARDE 1984; ANDRÉ, 2007; GOERGEN, 1986.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 66-73	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

A análise dos dados foi realizada a partir dos três eixos que estruturaram o *Escola Guaicuru*: eixo *democratização do acesso*, eixo *democratização da gestão e, qualidade da educação*.

O eixo *democratização do acesso* foi organizado em três categorias de análise: Estrutura física e organização para acesso e permanência; Desenvolvimento da educação; e Educação inclusiva.

Para a análise do eixo *democratização da gestão* foram destacados os mecanismos de participação implantados e que possam ter contribuído para o avanço da gestão democrática nas escolas públicas do Estado. Também analisei o colegiado escolar, a eleição de diretores, o processo da Constituinte Escolar e a criação de conselhos.

No eixo *qualidade da educação*, a opção foi apresentar as pretensões do *Escola Guaicuru*, e fazer o fechamento desse eixo somente na conclusão do trabalho, por entender que ele permeia todos os aspectos analisados.

Constatou-se que no eixo *democratização do acesso*, as propostas da educação infantil e de ensino médio sinalizaram avanços significativos. Elas cumpriram o objetivo de chamar a comunidade escolar para participar do debate e possibilitar que a escola ousasse em sua prática pedagógica.

Porém, no que tange ao ensino fundamental, não é possível apontar avanços significativos a exemplo do que acontecia em todo o Brasil. A escola do ensino fundamental não foi atingida pela “onda de mudança” do *Escola Guaicuru*, embora essa etapa de ensino seja vital para o desenvolvimento da educação. A proposta político-pedagógica estava baseada em uma nova percepção de como aconteceria o processo ensino-aprendizagem e sinalizava a necessidade de ser revista a concepção de conteúdo e metodologia para superar a lógica do modelo vigente. A abordagem dos conteúdos deveria ser realizada em uma perspectiva de totalidade, a partir de visão e abordagem históricas. Porém, a Secretaria de Estado de Educação (SED), embora tenha definido a organização curricular para o ensino fundamental, permaneceu com duas formas de organização curricular: ciclo e seriada.

Há de se apontar que uma das contribuições inquestionáveis que o projeto *Escola Guaicuru* trouxe para Mato Grosso do Sul foi pautar a educação inclusiva. O programa de governo previa apenas a educação de jovens, adultos e a implantação do Bolsa-Escola. O *Escola Guaicuru* ampliou esse debate e aglutinou alfabetização de jovens e adultos, educação dos portadores de necessidades especiais, educação do campo, educação escolar indígena e de diferentes etnias. Essa problemática estava “esquecida” pelos setores que definem as políticas públicas, principalmente a composição étnica do estado, ou elas aconteciam em espaços restritos.

Considerando que o tema sobre políticas de inclusão, etnia e as demais diferenças não estavam na pauta, era imperativo trabalhar outro referencial para assimilar esses conceitos. O diferente no âmbito pedagógico (negro, índio, deficiente físico) deve ser percebido e destacado para que receba o tratamento que ofereça condições didáticas pedagógicas diferenciadas a fim de favorecer o processo ensino-aprendizagem. Este foi um mérito que o projeto *Escola Guaicuru* conseguiu: fazer com que a escola e a comunidade refletissem sobre essa temática.

Outra política inclusiva que marcou aquele governo foi a criação do curso de preparação para o vestibular, o Cursinho Popular. Esse curso tinha como critérios de ingresso a condição socioeconômica, o aluno oriundo de escola pública e destinava 20% de suas vagas aos alunos afro descendentes e 10% aos indígenas.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 66-73	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

Em relação ao eixo democratização da gestão, é curioso observar que a participação –, tomada como pressuposto básico para o estabelecimento do processo democrático –, tenha sido um dos fatores responsáveis pelo comprometimento da execução da política educacional encabeçada pelo PT no estado.

A gestão democrática e a autonomia da escola materializam - se à medida que são estabelecidas relações realmente democráticas, expressas por meio da criação de canais de participação e de compromisso com a construção de uma escola pública aberta, na qual haja cumplicidade e desejo de todos em transformar as velhas práticas autoritárias e centralizadoras que imperam no cotidiano escolar e na sociedade. A autonomia e gestão democráticas exigem, antes de tudo, mudança de *atitude* e de *método* – criar uma nova cultura política para gerir as propostas de educação e de vida. Essa mudança de atitude significa estabelecer novas formas de relação entre todos os segmentos envolvidos no trabalho educacional.

Pressupõe-se a necessidade de ser criado um ambiente no qual as pessoas percebam as necessidades de: compartilhar as informações e decisões; dividir as tarefas; discutir coletivamente o uso dos recursos financeiros, a elaboração do calendário escolar, a criação de novos cursos, a capacitação dos recursos humanos – estamos, na verdade, sinalizando os mecanismos de participação que devam ser implantados para que a gestão seja o mais transparente possível.

E um desses mecanismos são os Conselhos. Cury<sup>5</sup> afirma que a participação em um conselho caracteriza *ouvir e ser ouvido*. O conselho é também é o lugar onde se delibera, que implica tomada de decisão, precedida de análise e debate. Portanto, o conselho pode ser o espaço legítimo para debater as questões que inquietavam os que dele participam. De acordo com os clássicos gregos, não se pode imaginar o diálogo como algo tranqüilo ou mesmo sem conflito, pois o *diá-logos* sempre foi precedido pela *ironia* nos debates e nas discussões. Para os gregos, o *logos* é aquela dimensão humana que busca a razão e o sentido das coisas, evita as guerras e busca a cidadania, que, por sua vez, se põe e se impõe pelo *diá-logo*.

O processo de participação em Mato Grosso do Sul, iniciado em 1983, indicava o que entendia por educação democrática, compreendendo que deveria ter participação, ser pública e com ensino de boa qualidade, por conseguinte democrática – ou seja, as bases desses pressupostos foram definidas ainda na década de 1980, no bojo das discussões sobre a redemocratização do país, e permaneciam atuais.

Na década de 1990, durante o governo de Pedro Pedrossian, com a instituição da política de democratização da educação e a eleição para diretor e colegiado escolar, a escola teve oportunidade de experimentar o processo democrático. Experiência que serviu para que avançasse suas pretensões sobre a democracia na educação, e consolidar mais que vontade política para participar. Era imperioso *gerir condições objetivas* para que a escola fosse realmente democrática. Significava assegurar condições materiais capazes de executar o projeto político-pedagógico que valorizassem os trabalhadores em educação; a ênfase no conhecimento deveria ser a meta prioritária, assim como garantir mecanismos de permanência na escola. Portanto, uma política cuja proposta fosse avançar no processo de democratização da escola pública no Estado não poderia tirar esses pontos de foco.

<sup>5</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angel da S. (Org.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*, p. 47.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 66-73	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

No governo de José Orcirio a Secretaria de Estado de Educação, SED, teve a gestão de dois Secretários de Estado: Pedro Cesar Kemp, 1999 a 2001, e Antonio Carlos Biffi, 2001 a 2002.

Na gestão de Kemp se produziu e editou muitos materiais teóricos; criou os mecanismos que permitiam à comunidade escolar participar do processo de elaboração, deliberação e concretização das políticas educacionais e do fazer da escola, tais como o Conselho Político Administrativo, este no interior da SED; os Conselhos das Unidades Escolares - COUNEs; desencadeou amplo processo de participação através da Constituinte Escolar; fortaleceu os Colegiados Escolares como principal instrumento de gestão, assim como o processo de eleição de diretores; e instituiu políticas públicas que permitiam a inclusão de muitos à sociedade. Todas essas medidas eram necessárias.

Porém, ao enfatizar o processo de discussão das políticas educacionais, com o processo da Constituinte Escolar – modelo de participação importado do Rio Grande do Sul – a Secretaria de Educação desconsiderou o processo histórico que a escola pública de Mato Grosso do Sul vivenciou na década de 1980 e comprometeu seriamente o desenvolvimento de sua política educacional.

Essa prática acarretou pouco tempo para o fazer pedagógico da escola, pois conforme dito anteriormente as bases da gestão já fora apontado em 1983, quando da participação da comunidade e reafirmado na década de 90, no governo de Pedro Pedrossian, com as questões relacionadas as condições objetivas e ênfase no conhecimento. A escola enfrentava problemas gravíssimos, que permaneceram naquele período da gestão do PT, havia necessidade de ações efetivas que resolvessem os problemas objetivos no contexto da escola. A SED não desconhecia esse fato, mas optou por enfatizar a finalidade da escola.

Evidente que era preciso estimular a participação para que a escola pudesse fazer seu papel na viabilização da pedagogia da contra-hegemonia, mas não poderia ter perdido de vista que para exercer essa contra-hegemonia a ênfase deveria ser a apropriação do conhecimento, a capacitação dos educadores com foco na prática pedagógica, na valorização dos educadores e na qualidade do ensino. Como conseqüência problemas estranguladores da educação pública de Mato Grosso do Sul ficaram sem a devida atenção.

Na gestão de Antonio Carlos Biffi, 2001 a 2002, considerando que uma das características de, é seu pragmatismo, a escola passou a se preocupar com as condições objetivas que facilitam o processo didático-pedagógico. As solicitações nessa gestão passaram a ser mais objetivas, tais como resolver questões relacionadas ao ciclo de aprendizagem, coordenação pedagógica, eleições para diretores, processo de capacitação dos docentes do ciclo, do ensino fundamental e do ensino médio. Ou seja, nessa gestão imprimiu um caráter mais pragmático, mais objetivo à gestão escolar e buscou atender à escola pública naquilo que era importante para ela: consolidar a questão da ênfase no conhecimento.

Ao tomar essas medidas o secretário se distanciou dos objetivos estabelecidos para colocar em prática a pedagogia da contra-hegemonia e se aproximou ainda mais dos projetos e programas propostos pelo governo federal, que foram exaustivamente criticados no movimento de participação da *Constituinte Escolar*.

Não pode ser esquecido que o *Movimento Muda Mato Grosso do Sul* estabeleceu um compromisso com a sociedade por meio de um programa de governo elaborado pelas forças políticas que haviam composto a coligação dos partidos de esquerda em Mato Grosso do Sul e formou aliança vitoriosa em torno do PT. O programa de educação vitorioso, elaborado a partir do diagnóstico de cada área educacional, apontou diretrizes educacionais que deveriam

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 66-73	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

ser executadas a fim de resolver os problemas emblemáticos da educação, caso o PT fosse eleito.

Porém, assim que o governo tomou posse, a Secretaria de Estado de Educação estabeleceu outra política, a qual tinha como fio condutor o projeto político-educacional *Escola Guaicuru*.

A partir dessa análise constatamos que:

- o programa de governo eleito não foi executado em sua plenitude, considerando que seu conteúdo faz crítica contundente à política neoliberal; o projeto Escola Guaicuru, apesar de manter a crítica aos programas neoliberais de educação, implantou alguns deles nas escolas públicas estaduais, portanto não radicalizou na execução de sua política educacional;

- o *Escola Guaicuru* permaneceu com diferentes modelos de gestão:
  - um determinado pela finalidade da escola e levado à raiz do princípio democrático do ponto de vista do discurso do secretário e dos documentos produzidos, assim como nos movimentos e instrumentos de participação desencadeada: buscou fazer a pedagogia da contra-hegemonia.

- Outro, determinado pelo contexto social, pelo ambiente no qual a escola atua, isto é, buscou suprir as condições que a escola necessitava para seu fazer pedagógico, distanciou-se da pedagogia da contra-hegemonia ao se aproximar mais dos projetos neoliberais (apesar de toda crítica realizada nos diferentes momentos de participação, correu paralelo a política defendida); e

- a SED criou mecanismos de participação que envolveu toda a comunidade escolar – no entanto enfatizou um mecanismo de participação (Constituinte Escolar), que não levou em consideração o acúmulo de conhecimento e experiência realizado pelas escolas públicas de Mato Grosso do Sul ao longo de sua história, o que comprometeu a execução da política educacional.

Portanto, é possível concluir que a Escola Pública de Mato Grosso do Sul, no governo de José Orcirio Miranda dos Santos, teve momentos distintos: no primeiro, avançou no eixo constituído pelos fins da educação, que estabelece a finalidade da escola, ao se distanciar das condições objetivas do fazer pedagógico; no segundo avançou no sentido de atender a essas condições objetivas, relacionadas ao contexto social, ao ambiente no qual a escola atua e se distanciou da pedagogia da Contra-hegemonia.

## Referências

BITTAR, Marisa. *Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: UFMS, 1998.

CATANANTE, Bartolina R. *A proposta educacional de Mato Grosso do Sul: a formação do cidadão crítico segundo a percepção dos professores do ensino fundamental*. São Carlos: UFSCar, 1999.

\_\_\_\_\_. *A proposta educacional em Mato Grosso do Sul (1999-2002): os mecanismos de participação*. Tese (Doutorado em educação). São Carlos: UFSCar, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. ed. nova ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 66-73	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------

FERNANDES, Maria D. E. *Políticas públicas de educação: a gestão democrática na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. A Esquerda Omnilateral. *Seminário de Avaliação das Eleições*, Campo Grande, MS. Mimeografado, 1999.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa; MATTO GROSSO, Fausto. Política, partido e Estado: uma análise do governo de esquerda em Mato Grosso do Sul. *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS UCDB, v. 2, n.3, p. 69-78, set. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.) *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. (Novas direções).

PAULO NETTO, José. Relendo a teoria marxista da história. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). *História e História da Educação*. São Paulo: Autores Associados, 1998.

MICHELS, Ido L. Vitória Eleitoral, não Política. *Seminário de Avaliação das Eleições*, Campo Grande, MS. Mimeografado, 1999.

MINAYO, Maria C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo. Hucitec-Abrasco, 1994.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo, Cortez, 2004.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3. ed. rev. atual. São Paulo. Cortez, 2004.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 66-73	2010
---------------	-----------	------	------	----------	------